

O ESPAÇO RELACIONAL DAS LÍNGUAS BRASILEIRAS: LINGUAGEM E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

BETO VIANNA

Departamento de Letras de Itabaiana - Universidade Federal de Sergipe
btvianna@gmail.com

Resumo. *Assistimos no Brasil a continuada minorização dos falares populares do português e demais línguas brasileiras. Nas ciências linguísticas, mesmo em abordagens que incluem os domínios social e discursivo, o conceito de língua permanece ligado ao código, cego ao fenômeno relacionado viver humano. Proponho pensar a linguagem enquanto espaço relacional, permitindo-nos ouvir as demandas e desejos das comunidades de fala e envolvendo os linguistas em políticas que atendam essas demandas e desejos.*

Palavras-chave. *Espaço relacional. Línguas brasileiras. Variedades do PB. Relações interétnicas. Política linguística.*

Abstract. *There is in Brazilian on going minorization of Portuguese varieties and other Brazilian languages. In linguistics, even in approaches that include social and discursive domains, the concept of language remains based on the code, blind to the relational phenomenon of human living. I propose approaching language as a relational space, allowing us to listen to the demands and desires of the speech communities and inviting linguists to collaborate in the policies that meet those demands and desires.*

Keywords. *Relational space. Brazilian languages. BP varieties. Interethnic relations. Language policy.*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é tratado como país monolíngue em quase toda instância institucional e difusora de cultura: da administração pública à mídia, do judiciário ao sistema educacional, e até nos bate-papos de internet. A própria Constituição diz, em seu artigo 13º, que o português é o idioma oficial da nossa República Federativa (BRASIL, 2007), estatuto de fato e de direito que se choca, porém, com outra realidade brasileira, diversa da imposição oficial e diversa em si mesma: Brasileiros falam e escutam de muitos jeitos diferentes. Esse descompasso entre a institucionalização da língua única e o cotidiano linguístico brasileiros é comumente denunciado por nossos linguistas mais famosos ou influentes (BAGNO, 2002), o que não parece ter muito efeito na estrutura curricular e programática das instituições de ensino

superior. As faculdades de Letras e os programas de pós-graduação em linguística são, ao mesmo tempo, formadores de cientistas da linguagem, e ocupados, profissional e gerencialmente, pelos linguistas. Estes, em sua maioria, não parecem se incomodar em estudar e ensinar disciplinas que trazem no nome a expressão “Língua Portuguesa” (com L e P maiúsculos). O título corrobora a estirpe do objeto, purificado e estabilizado em sua história e estrutura, servindo esta última de base ou núcleo duro dos estudos propriamente linguísticos, em torno do qual gravitam os tópicos sócio-históricos de variação e mudança e as abordagens discursivas e textuais (ainda que essas abordagens gozem de tanta popularidade nos dias de hoje). Se a própria comunidade brasileira das ciências linguísticas nomeia seu macro-objeto de estudo a partir de uma língua única, quem são os leigos (aí incluídos os gramáticos normativistas) para remar contra a maré acadêmica?

Novamente, é preciso enfatizar que essa opção política pela institucionalização da língua única – dentro e fora da academia – não é coerente com a realidade vivida pelos brasileiros, em pelo menos dois níveis distintos, mas interligados. Primeiro, se o português é a língua da maioria, como quer que se defina “língua”, não é a língua de todos. Como em outros países das Américas, que a uma história antiga de ocupação humana se sobrepôs um quadro mais recente de transfiguração étnica (RIBEIRO, 2007), o mapa linguístico do Brasil passou por reacomodações complexas, abrigando hoje, além das variedades prestigiadas de matriz portuguesa, duas centenas de línguas minoritárias (autóctones e de imigração), crioulos, línguas de fronteira e de sinais. A diversidade e o contato linguísticos marcam a vida de milhões de brasileiros que, por conta da primazia da língua única imposta em suas relações cotidianas, tratam-se e são tratados como estrangeiros no próprio país de origem.

Em segundo lugar, a ligação automática entre uma dada língua (ou seja, um corpus evidenciado de estruturas linguísticas, estabilizado, descrito e nomeado como uma língua determinada) e um agrupamento humano específico – um povo, uma tribo, uma etnia – não é, ou não deveria ser, mais consensual nas ciências da linguagem. Ao questionarmos a política cultural e a cultura política do monolinguismo brasileiro, é preciso levar em conta não apenas os falantes de línguas minoritárias (ou minorizadas), mas os falantes de variedades do português que, mesmo compondo o contingente mais expressivo da população, são impedidos de usar a língua materna nas funções-chave desempenhadas pela língua oficial, seja essa entendida (e praticada) como a norma padrão codificada nos compêndios gramaticais, seja

como as variedades ditas cultas utilizadas no cotidiano pelos membros da elite intelectual socioeconômica do país. O domínio de uma ou de outra (geralmente, de ambas) é exigido nas relações dos brasileiros com o mundo educacional, profissional e jurídico, como condição necessária para a participação plena nesses universos interacionais.

O choque entre o monolinguismo instituído e os níveis apontados da realidade linguística brasileira resulta na continuada minorização (VIANNA, 2015) da maioria das línguas praticadas em território nacional, marginalizando os falantes em suas relações sociais, econômicas e políticas. Isso tanto vale para os falantes das línguas ditas minoritárias, principalmente as indígenas, quanto para as variedades estigmatizadas do português brasileiro. A deslegitimação destas últimas como línguas plenas leva ao apagamento da identidade linguística de seus falantes que, para muitas das funções exercidas e exigidas, são considerados usuários deficientes da própria língua.

Proponho, como subsídio conceitual para políticas linguísticas inclusivas, particularmente nas situações de encontro interétnico e intercultural, ou seja, no espaço das relações entre brasileiros, a abordagem da linguagem enquanto um espaço relacional dos falantes (VIANNA, 2011), uma abordagem sistêmica e situada que reconheça o caráter multimodal e plurilíngue da experiência linguística das pessoas em seus processos interacionais, e que contribua para a ampliação do escopo de preocupações dos planejadores de políticas linguísticas. Apesar de se tratar de uma mudança conceitual, devo admitir que proponho, ao mesmo tempo e principalmente, uma mudança de comportamento na comunidade dos linguistas, cujo afazer não vem, a meu ver, contribuindo para que as muitas (diversas, dinâmicas) experiências linguageiras dos grupos humanos no Brasil sejam respeitadas enquanto tais, inclusive no espaço acadêmico.

2 DENTRO E FORA DA LÍNGUA

Ao sugerir que a ciência é a “arte do solúvel”, o bioquímico Peter Medawar (1967) honrou seu próprio campo de pesquisa, mas o alvo dessa expressão ultrapassa a fronteira disciplinar. A linguística, desde seu surgimento enquanto ciência, sempre buscou delimitar seu objeto de estudo em nome da “solubilidade” científica, mantendo, ao mesmo tempo, uma distância

segura da solução de problemas dos falantes: a consequência política de se pensar (e eventualmente, intervir) nos encontros linguísticos recorrentes entre os seres humanos.

Diversas escolas da linguística pós-estrutural têm questionado a autonomia da língua-estrutura ou língua-código na investigação, chamando a atenção para o uso e os aspectos sócio-histórico se ideológicos da linguagem. No entanto, permanece um compromisso epistemológico com o código linguístico: a redução dos processos de conversação a seu produto, um sistema codificado de símbolos— a *gramática*, o *texto*, o *enunciado* —, fonte privilegiada dos dados da investigação, mesmo nos casos em que se considera o código “emergente” (no funcionalismo), “variável” (na sociolinguística) ou “opaco” (sendo tarefa do investigador, na análise do discurso, torná-lo transparente¹). Uma evidência do compromisso com o código é a manutenção da dicotomia linguístico/extralinguístico na economia conceitual da disciplina. Assim, abordagens sócio-históricas ou situadas referem-se à própria análise como “contextual”, ou “paralinguística”, externa à realização propriamente linguística, que só se configura através de componentes lexicais, gramaticais e referenciais.

Outra evidência da orientação para o código é o consenso profissional de que toda língua é igualmente complexa (na estrutura) e igualmente funcional (no uso). Os leigos, porém, não pensam assim, e costumam ter ideias bastante fortes sobre o que é certo ou errado, sobre o que soa mal ou bem, sobre o que funciona e não funciona nas formas e usos linguísticos (RAJAGOPALAN, 2008). Na sociolinguística, os processos de *avaliação* (julgamentos do falante sobre as formas e usos de sua língua) são considerados na análise, e as *comunidades de fala* são concebidas como grupos que partilham julgamentos semelhantes, mas, não, o próprio código, ou seja, a comunidade de fala é reconhecida como social e linguisticamente estratificada (LUCCHESI, 2012). No entanto, a adesão do investigador à tese da igualdade entre os códigos, não permite que ele comungue das ideias do falante, sendo essa uma instância em que o conhecimento (e as crenças) do linguista e as crenças (e o conhecimento) do falante não se intersectam. O que o falante *diz* de sua língua não faz parte do *saber* científico sobre a língua.

¹ Uma crítica da análise da conversação e da análise crítica do discurso, quanto aos contextos que essas linhas de investigação negligenciam encontra-se em Blommaert (2008).

3 OS PB'S, OU PORTUGUESES BRASILEIROS

A língua portuguesa no Brasil tem uma história de tensão social entre dois modos de falar: a língua materna da maioria dos brasileiros, e a língua oficial, um conjunto mais ou menos homogêneo de recursos linguísticos, que, apesar de não configurar um vernáculo, sempre esteve à disposição da população mais favorecida economicamente. Essa clivagem tem raízes, de um lado, na adoção da norma europeia pelas classes altas, na ligação dessa variedade com a escrita (amparada por todo um arsenal ideológico, de gramáticas e dicionários a teorias acadêmicas) e na ligação dessa variedade com contextos mais urbanos, em oposição ao campo ou ao interior do país (MATTOS E SILVA, 2004; NOLL, 2008). De outro lado, há a deriva histórica do português europeu não padrão em solo brasileiro, em um contexto nacional multilíngue, aprendido como língua materna ou segunda língua por povos de várias matrizes étnicas, inclusive europeias². Essa assimilação e disseminação do português foi, em termos bem gerais, realizada em condições de opressão, genocídio, servidão, e outras relações as sociais vividas pelos povos indígenas e africanos escravizados e seus descendentes.

O complexo linguístico resultante, a que hoje chamamos português brasileiro (ou PB, com estatuto pleno de *língua* no país, apesar de não reconhecido nominalmente na Constituição ou pela burocracia acadêmica, como já vimos na introdução), vem sendo pesquisado enquanto um conjunto de subsistemas, em que são descritivamente relevantes as suas variações diatópica (regional), diastrática (de grupo social) e diafásica (de estilo), principalmente nas áreas da dialetologia e da sociolinguística. Ao reconhecer a heterogeneidade da língua em uso, os linguistas assumem uma postura crítica em relação à irrealidade da norma padrão vigente no Brasil (principalmente no sistema de ensino), ao mesmo tempo em que reconhecem a funcionalidade dos vernáculos enquanto “sistemas em uso”. A atitude geral é reconhecer, ao lado de uma *norma subjetiva*, (irreal, imposta e ideologicamente orientada), uma *norma objetiva*, efetivamente utilizada pela população (LUCCHESI, 2012). Como a norma objetiva

²As três explicações mais difundidas para a evolução do português no Brasil são: um processo de crioulização e posterior descrioulização do português europeu, ou PE (com contribuição principal de gramáticas africanas); a deriva, no ambiente multilíngue brasileiro, de tendências estruturais já presentes no PE do século 15; e uma reanálise do português no Brasil por volta do século 19, movida por diferenças na língua falada (SOARES DA SILVA, 2014). Uma etapa crioula do português é criticada não só pela falta de evidências (ainda que seja esperada sua ausência no registro escrito), mas pela disponibilidade de outras línguas de contato no Brasil colonial, principalmente as línguas gerais, de base Tupi (NARO; SCHERRE, 2007).

é, ela mesma, um conjunto de falares, permanece a discussão sobre a língua a ser utilizada na escola e outras relações institucionais em território nacional.

As propostas vão desde defender a normatização a partir das variedades cultas (mais realista quanto ao uso, mas ainda legitimada por suas relações com a escrita e o poder), passando por um “bilinguismo funcional” (em que a variedade normatizada é tratada como segunda língua), até o abandono da preocupação com a norma, com o argumento de que já existem mecanismos reguladores (isto é, unificadores) na sociedade (FARACO, 2008; FARACO, 2012; LUCCHESI, 2012). Em todas essas propostas de solução do problema (pluri) linguístico há uma ligação entre a atenção ao código linguístico enquanto empreendimento científico e a ideologia da língua nacional enquanto construto social necessário. No primeiro caso, reconhecer a heterogeneidade da língua não impede (ao contrário, reforça) que se busquem mecanismos explicativos unificadores e que permitam visualizar os subsistemas envolvidos como códigos coerentes em si mesmos e com fronteiras nítidas. No segundo caso, reconhecer a estratificação linguística da sociedade não impede (ao contrário, reforça) que se busquem mecanismos institucionais reguladores, concentrando a maioria das funções sociais da língua em um código normatizado, relegando aos demais falares funções periféricas ou de alcance local.

4 NORMAS NÃO ESCRITAS E ENCONTROS INTERÉTNICOS

Os falantes das línguas ditas minoritárias, principalmente as indígenas, vivem situações dramáticas de contato. De fato, se pensarmos nos contextos oferecidos pelo neocolonialismo, pela exploração econômica e por outras relações assimétricas entre agrupamentos humanos, a situação atual e usual não é de *contato*, mas de *conflito* entre línguas (ARACIL, 1983; FRANCESCHINI, 2011). O caso das variedades estigmatizadas do próprio português é especialmente preocupante, pois o compromisso epistemológico das ciências da linguagem com o código dificulta a legitimação desses modos de falar contra o pano de fundo da diversidade linguística em uma perspectiva tradicional (ou seja: diversidade de línguas reconhecidas como tais pelos próprios linguistas), dificultando a aplicação de políticas linguísticas mais abrangentes e inclusivas. Em um e outro caso, também não podemos falar de línguas *minoritárias*, pois nem as línguas indígenas não intrinsecamente não funcionais (perdem funções na relação com língua de prestígio) e nem estamos tratando, necessariamente

de contingentes pequenos da população (seriam poucos os brasileiros que usam diariamente um português estigmatizado?). Essas línguas são continuamente e politicamente, *tornadas minoritárias* pelas relações assimétricas de que seus falantes tomam parte, e são, portanto, *minorizadas* (ARACIL, 1983; VIANNA, 2015).

Se o que nos propomos é investigar a diversidade linguística, e as evidências apontam para uma *deforestación lingüística*, nos termos de Bartolomeu Melià (2013), com efeitos perversos na vida de milhões de pessoas, a postura do investigador isento é questionável e, de fato, muitos linguistas vêm se posicionando sobre as necessidades de intervenção e planificação cientificamente orientadas (CALVET, 2007). A descrição e a gramaticização de línguas minorizadas tem ajudado a revitalizá-las, ampliando seus contextos de uso e beneficiando os seus falantes. Mas se a identificação de um código abstrato com uma comunidade de fala poderia, em tese, ajudar uma língua minorizada na economia linguística nacional (como aconteceu com as línguas indígenas ou de imigração que hoje são cooficiais em algumas cidades brasileiras, como no município de São Gabriel da Cachoeira; (SCHMIDT-RIESE, 2003), dificilmente isso ocorrerá com a maioria das variedades identificadas com o PB.

O processo de distinção requer que o falante apresente um sistema linguístico igualmente diferenciado em seus componentes gramaticais e lexicais. Pequenos desvios nos componentes, ou desvios em poucos componentes serão tratados como *variantes* a partir de um sistema abstrato mais abrangente. A divisão do código em subsistemas (orbitando o núcleo duro do sistema, que é a norma, consensual na comunidade de fala) e a postulação de um código variável, ou seja, o fracionamento de uma língua (abstrata) em suas variedades (concretas) não oferece suporte conceitual para legitimar um vernáculo enquanto *língua* e, muito menos, considerar o conjunto de seus falantes como uma comunidade de fala de pleno direito.

Gnerre (2009), citando Gramsci, lembra-nos que à *gramática normativa escrita* (cujas origens históricas coincidem com a atenção do saber linguístico ao código), corresponde uma gramática normativa *não escrita*, que envolve todo um complexo de atitudes e posturas relegadas como paralingüísticas, mas que são cruciais para barrar o acesso de certas comunidades de fala (exatamente por não serem reconhecidas como tal) aos recursos linguísticos legitimados nas relações de poder. Os espaços de interação são bloqueados (ou

abertos) para grupos específicos, politicamente marcados pela posição marginal (ou central) em relação ao domínio da “gramática”, nesse sentido amplo (a possibilidade de mobilidade individual através da educação apenas reafirma essa segregação em espaços diferenciados, e não há dúvidas, para os envolvidos no processo educacional, tanto educadores quanto educandos, sobre quais sejam o lado de lá e o lado de cá).

Por isso podemos dizer que a *deforestación* – desflorestamento, ou desmatamento – de que fala Melià não é exatamente uma metáfora. Não é coincidência que, na história do processo de colonização das Américas, em geral, e do Brasil em particular, cada evento de ocupação civilizadora dos espaços indígenas de convivência, tenham se rompido possibilidades de interação linguísticas próprias daquelas comunidades. Essa ruptura se dá com a imposição de novos modos de dizer, de “apontar juntos” para o mundo (TOMASELLO, 2003), que não se resumem na manipulação de signos codificados na língua. Uma etnia, ou seja, um agrupamento humano que se identifica e é identificado pelas comunidades de entorno como um povo distinto, não depende de exibir um código linguístico pré-determinado como condição para a sua identificação. O processo identitário se dá nas práticas interacionais, que são além de multimodais (utilizam ou podem utilizar variados recursos expressivos: sinestésicos, posturais, entre outros) (MONDADA, 2008), constitutivamente plurilíngues, ou ainda, híbridas, inacabadas, no sentido em que é nas práticas interacionais (e não previamente) que os falantes irão decidir quais e como os recursos disponíveis contarão como “linguísticos” (SIGNORINI, 2012).

Um dos resultados dos processos brasileiros de *deforestación* colonial e pós-colonial é a continuidade dos processos de identificação étnica, mesmo nos casos em que uma ou mais das comunidades em contato perderam sua “língua originária”, ou seja, o código linguístico tal como definido em termos de sua coerência enquanto sistema de componentes lexicais e gramaticais³. A visualização desses processos interacionais, enquanto encontros linguísticos plenos, depende de abandonarmos a definição gramatical do “linguístico”, devolvendo à

³ É particularmente perverso o modo como as etnias indígenas nordestinas são questionadas em sua indianidade por falarem, majoritariamente, o PB. Habitando a região de colonização mais antiga do Brasil, essas populações sofreram precocemente, e talvez mais profundamente, os processos sucessivos de transfiguração étnica colonial e pós-colonial: a instituição dos aldeamentos, que forçava a convivência entre etnias diversas e, a partir do século 19, a extinção desses mesmos aldeamentos, levando suas populações a migrar ou a partilhar modos de vida não índios (DANTAS, 1991). Dizer que os índios do nordeste perderam sua “língua originária” é questionar a identidade étnica dessas populações usando os padrões linguísticos usuais, de taxonomia estrutural, que venho criticando ao longo deste texto.

linguagem o seu caráter processual, e, nessas condições, gerativo das regularidades observadas, inclusive as regularidades gramaticais.

O que chamo de *espaço relacional da linguagem* (VIANNA, 2011; VIANNA, 2015) é o espaço de coordenação da ação entre dois ou mais falantes, independente do código que utilizam, e onde são mobilizados os recursos expressivos disponíveis na interação. Para isso, é preciso também abandonar a distinção entre linguístico e extralinguístico na definição prévia desses recursos, cabendo ao falante, enquanto participante das ações coordenadas, *escutar* ou não como linguístico cada recurso mobilizado no processo interacional.

5 A CONSTITUIÇÃO DO DOMÍNIO LINGUÍSTICO

Os cientistas sociais resistem a explicações biológicas, entendendo que tais explicações são reducionistas, ignorando as dinâmicas próprias das relações culturais humanas. No entanto, o fenômeno social implica, para que ocorra, a participação de dois ou mais organismos, colocando-se então como um fenômeno pertinente ao vivo e ao viver. Essa constatação não exige a utilização de mecanismos explicativos determinísticos, genéticos ou semelhantes. Em particular, com o arcabouço conceitual da escola conhecida como Biologia do Conhecer (MATURANA; VARELA, 1980; MATURANA, 1997), podemos fazer referência à participação de um organismo na constituição de uma dinâmica social e em um domínio linguístico, sem lançar mão de explicações determinísticas.

Em qualquer organismo, a sua *ontogenia* (o seu desenvolvimento, do nascimento até a morte), requer a conservação da adaptação como condição para a sua realização enquanto ser vivo. O organismo vive em contínuo *acoplamento estrutural* com o meio (independente de suas condições de existência) até a sua morte (MATURANA; MPODOZIS, 1992). Como o *fluir* comportamental do ser vivo modula o curso de suas mudanças estruturais, o mesmo irá acontecer quando uma parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo. A diferença é que se trata, nesse caso, de um processo *coontogênico*, ou seja, o acoplamento estrutural de dois organismos na interação (em que a ontogenia de cada um dos organismos serve de meio para o viver do outro organismo).

Se a interação entre esses organismos é recorrente e recursiva, ou seja, se observamos uma história contínua de interações onde os novos comportamentos são incorporados a processos interacionais seguintes, podemos dizer que esses organismos estão em um *domínio linguístico*. O domínio linguístico é um domínio comportamental de ações coordenadas, consensuais, entre dois ou mais organismos. Sempre que houver um domínio linguístico, uma rede social pode ser formada como uma rede de interações consensuais e recursivas entre os membros de uma mesma comunidade de organismos, ou uma cultura.

Sendo assim, tanto a definição quanto a autodefinição de uma etnia são produtos de uma coordenação de ações de organismos, necessariamente humanos, participantes de uma rede de conversações⁴. Essa rede de conversações pode tanto envolver membros de uma mesma etnia como membros de etnias distintas (os encontros interétnicos), conservando consensualmente os elementos distintivos das duas etnias (ou seja, é conservada, na conversação, a distinção entre as duas etnias). Da mesma forma, durante a história de interações esses elementos distintivos podem desaparecer para um ou ambos os participantes da interação, desaparecendo assim, para um ou ambos, a distinção entre as comunidades étnicas.

Com relação à participação do código linguístico (a *língua*, na tradição das ciências linguísticas) nos processos interacionais, é possível observar que nenhum elemento tradicionalmente descrito como expressivo da linguagem humana – um som, gesto, grafismo – faz parte, de antemão, da linguagem, pois esta é definida historicamente no processo coontogênico. Se há recursão, se no curso da interação determinado som, gesto ou grafismo é distinguido como um elemento na coordenação de ações consensuais, ele fará parte da linguagem na descrição do observador. O mesmo se dá com as regularidades percebidas na língua, como o léxico ou a sintaxe. É preciso fazer referência à história, ao curso de interações, para se dizer que uma palavra ou uma frase pertence à linguagem (VIANNA, 2011).

Quando abordamos o fenômeno da linguagem a partir dos seus processos constitutivos, ou seja, quando observamos a linguagem como um espaço onde se realizam coordenações

⁴ Não por haver habilidades cognitivas ou de qualquer natureza que limitem os membros de uma etnia a uma determinada espécie, mas por nos referirmos a *etnia* apenas no contexto do viver humano.

consensuais de conduta entre seres humanos (no caso de nós, humanos, é claro), muda, também, o modo como entendemos os fenômenos do conflito e da minorização linguísticos.

As perdas sofridas por etnias indígenas em suas relações linguísticas assimétricas com a sociedade de entorno não se resumem, como costumam dizer os estudiosos ligados às questões indígenas, ao desaparecimento de “saberes tradicionais” codificados na língua, ainda, que, de fato, isso também aconteça. Há consequências sociais e emocionais imediatas para os membros de uma comunidade de fala que, por ocasião dos conflitos com a língua de prestígio, são privados de exercer amplamente a própria língua. E se o conflito não se dá apenas com línguas de pleno direito, mas também com variedades estigmatizadas de uma língua de prestígio, ou, ainda melhor dizendo, se o conflito linguístico é decorrente das relações históricas e políticas estabelecidas entre agrupamentos humanos, não é sobre o código que incide a minorização, mas sobre os encontros recorrentes e consensuais compreendidos pelo espaço relacional em que se dá o fenômeno da linguagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não parece controverso dizer que o panorama linguístico, no Brasil, é de um desequilíbrio político entre o uso e as funções desempenhadas pelas línguas não oficiais brasileiras: o primeiro abrangente e bem estabelecido entre os falantes (mesmo em línguas com baixo número de usuários) ao passo que as funções dessas línguas são drasticamente reduzidas através da intermediação da língua de prestígio. O resultado é a continuada minorização das variedades populares do PB e das demais línguas brasileiras, marginalizando seus falantes em vários aspectos da vida social, econômica e política.

Uma resposta a esse problema seria uma mudança na qualidade das intervenções linguísticas no Brasil (tarefa que exige a participação dos linguistas, mas requer, igualmente, linguistas com outras disposições epistemológicas), e um modo de abordar a questão é observar as semelhanças e diferenças entre o que fazemos aqui e as experiências de outros países. Na Nigéria, por exemplo, os falantes do naija (também chamado de pidgin English) sofrem um forte preconceito das camadas médias e letradas do país. O naija tem cerca de 30 milhões de falantes, tanto ou mais que as três maiores línguas nigerianas, o iorubá, o hausa e o igbo. No

entanto, como o naija é falado principalmente pela população mais pobre, do interior e das periferias das grandes cidades, é considerado um inglês corrompido, ou mal falado (ADEGOJU, 2007), ainda que estudos linguísticos tradicionais não se cansem de demonstrar como o naija tem gramática por direito próprio (ELUGBE; OMAMOR, 2007; MANN, 1993). Não é mera coincidência a semelhança com o tratamento, no Brasil, de muitas variedades populares do PB, valorizadas pela maioria dos linguistas como detentoras de gramáticas legítimas, desde que, é claro, não sejam usadas nos trabalhos acadêmicos ou nas defesas de tese.

A semelhança com o Brasil, ao que parece, termina por aí. A política linguística na Nigéria, um país com cerca de 500 línguas nominais (mais que o dobro das brasileiras) é certamente mais avançada ao reconhecer a condição multilíngue dos nigerianos no sistema educacional. Em cada região, a principal língua local (a língua majoritária na região, e não apenas as “três grandes”) é o meio de instrução e interação no ensino primário. No segundo grau, outra língua regional nigeriana é introduzida, o francês é oferecido como segunda língua, e o inglês é o meio oficial de instrução. Finalmente, na universidade, onde o inglês permanece como língua veicular, os alunos têm oportunidade de aprender e utilizar uma língua africana não nigeriana, como o suaíli ou o árabe (LODHI, 1993).

Podemos objetar que, se na Nigéria há várias línguas com muitos falantes, no Brasil a densidade linguística é baixa, com poucos falantes das línguas não portuguesas, não justificando seu emprego em currículos escolares mais abrangentes. Mas a grande vantagem do sistema nigeriano não está no suprimento da demanda, mas em uma intervenção que, ao contrário da política linguística brasileira no âmbito educacional, reconhece o fato de que seus falantes estabelecem relações multilíngues. A maioria dos brasileiros nunca teve essa sorte. O efeito dessa política nigeriana aplicada à educação é o envolvimento efetivo de falantes de dezenas ou centenas de línguas nos processos de interação por meio de sua língua materna (em vários sentidos do termo), extrapolando seu uso para fora do círculo familiar e alcançando outras esferas da vida interpessoal e institucional. Vimos, no entanto, como essa abordagem multilíngue continua alijando socialmente (ou ao menos educacionalmente) dezenas de milhões de nigerianos, os falantes de naija. E é exatamente isso o que fazemos com nossos falantes de português inculto.

Para pensarmos políticas linguísticas adequadas às necessidades e aos desejos dos falantes, é preciso uma percepção do sistema social como o lugar em que se dá o fenômeno linguístico e, não, um domínio externo ou complementar à própria língua. A equação que abstrai o produto da linguagem de seus processos interacionais, e que separa, enfim, o linguístico do não linguístico, mais que um problema de nomenclatura técnica, é um compromisso profissional que nos torna, a nós, linguistas, cegos para o fenômeno do viver relacional do humano, que é aquele que, de fato, experiencia diariamente a linguagem. Quando nos esquecemos desse nível mais básico de envolvimento do organismo humano no espaço relacional, estamos menos aptos a dar a importância devida ao prazer ou ao sofrimento que cada pessoa experimenta ao ampliar, ou, por outro lado, reduzir, suas possibilidades de interação dentro e fora de sua comunidade de fala.

Penso que podemos fazer mais e melhor, como profissionais, do que oferecer descrições exaustivas ou dar explicações elegantes para a ponta do iceberg – a estrutura da língua – de um fenômeno com a importância e a complexidade da linguagem.

REFERÊNCIAS

ADEGOJU, Adeyemi. Corruption of language and Nigerian debased value. **Nebula**, Osogbo, v. 4. n. 3, p. 339-356, set, 2007.

ARACIL, Lluís Vicent. Sobre la situació minoritària. In: ARACIL, Lluís Vicent (org.). **Dir la realitat**. Barcelona: Edicions Països Catalans, 1983. p. 171-206.

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, Marcos, STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles (orgs.). **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002. p. 13-84.

BLOMMAERT, Jan. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Situar a língua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 91-115.

DANTAS, Beatriz. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana (coord.). **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991, p. 19-60.

ELUGBE, Ben; OMAMOR, Augusta. **Nigerian Pidgin**: background and prospects. Ibadan: Heinemann, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 35-55.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. Línguas indígenas e português: contato ou conflito de línguas? Reflexões acerca da situação dos Mawé. In: Sidney de Souza Silva (orgs.). **Línguas em contato**: cenários de bilinguismo no Brasil. Campinas: Pontes, 2011. p. 41-72.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LODHI, Abdulazizy. The language situation in Africa today. **Nordic Journal of African Studies**, Helsinki, v. 2, n.1, p. 79-86, 1993.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 57-83.

MANN, Charles. The sociolinguistic status of Anglo-Nigerian pidgin: An overview. **International Journal of Sociology of Language**, n. 100-101, p. 167-78.1993.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Autopoiesis and cognition**. Dodrecht: Reidel, 1980.

MATURANA, Humberto. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. In: MAGRO Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson, (orgs.). **Humberto Maturana: a ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 187-193.

MATURANA, Humberto; MPODOZIS, Jorge. **Origen de las especies por medio de la deriva natural**. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1992.

MEDAWAR, Peter. **The art of the soluble**. London: Penguin, 1967.

MELIÀ, Bartolomeu. La deforestación lingüística en el Paraguay: problemas y soluciones. In: RODRIGUES, José Maria (org.). **Políticas lingüísticas para la integración educativa y cultural en el Mercosur**. Ceaduc: Asunción, 2013. p. 139-160.

MONDADA, Lorenza. Relações entre espaço, linguagem, interação e cognição: uma perspectiva praxeológica. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Situar a língua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 67-90.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NOLL, Volker. **O português brasileiro**: formação e contrastes. São Paulo: Globo, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguagem: o Santo Graal da linguística. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Situar a língua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 15-38.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT-RIESE, Roland. Condições da mudança em nheengatu: pragmática e contato linguístico. In: FREIRE, José Ribamar; ROSA, Maria Carlota (orgs.). **Línguas gerais**: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003. p. 147-166.

SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 85-121.

SOARES DA SILVA, Augusto. The pluricentricity of Portuguese: a sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese. In: SOARES DA SILVA, Augusto. (ed.). **Pluricentricity**: language variation and sociocognitive dimensions. Berlin: de Gruyter, 2014. p. 143-188.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. **Revista de Antropología Iberoamericana**. vol. 6, no. 2, p. 135-158, May-Ago, 2011.

VIANNA, Beto. Línguas minoritárias e minorizadas no brasil: por uma política linguística do falante. **Memórias Convención Internacional de Antropología - Anthropos 2015**. La Habana, 2015.